

Estratégias de recrutamento e as elites locais do Partido Democrático Social de Goiás (PDS-GO): uma análise sobre a sua repercussão em 1980

Recruitment strategies and the local elites of the Social Democratic Party of Goiás (PDS-GO): an analysis of its impact in 1980

Matheus da Conceição Soares

Doutorando em História pelo PPHR/UFRRJ, Brasil

matheus.cetrio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3220-1707>

Resumo: A Reforma Partidária de 1979 foi responsável pelo fim do sistema bipartidário e a (re)introdução de um sistema político pluripartidário. Este artigo observa como ocorreu a formação do Partido Democrático Social (PDS), partido responsável por agregar os novos apoiadores do governo, no estado de Goiás. Sendo capaz de entender como a sigla conseguiu recrutar os membros da oposição (MDB, Movimento Democrático Brasileiro) para o seu interior, mas também na insatisfação que isso gerou nas elites políticas da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Esse trabalho se apegua aos conceitos de Merton (1965) e Sawicki (2013) sobre os estudos de partidos políticos e redes políticas. As fontes consultadas, para a redação deste texto, foram os relatórios de informação produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Palavras-chaves: Partido Democrático Social; Elites Políticas; Recrutamento Político

Abstract: The 1979 Party Reform was responsible for the end of the two-party system and the (re)introduction of a multi-party political system. This article observes how the formation of the Social Democratic Party (PDS) occurred, the party responsible for bringing together new government supporters, in the state of Goiás. Being able to understand how the acronym managed to recruit members of the opposition (MDB, Brazilian Democratic Movement) for its interior, but also in the dissatisfaction that this generated among the political elites of ARENA (National Renewal Alliance). This work adheres to the concepts of Merton (1965) and Sawicki (2013) on the studies of political parties and political networks. The sources consulted to write this text were the information reports produced by the National Information Service (SNI).

Keywords: Social Democratic Party; Political Elites; Political Recruitment

Introdução

A Reforma Partidária que ocorreu em 1979 foi responsável pela reorganização política no Brasil (FLEISCHER, 1988). Sob esta medida, cabe destacar que a tradição brasileira está inserida em uma longa história de engenharia política. O caso ocorrido no final da década de 1970 não era uma novidade. Longe disso, desde o período de 1822, o Brasil passa por processos de alteração na Constituição referentes às regras eleitorais.

Contudo, a ditadura militar foi o momento em que ocorreu uma maior alteração nas regras eleitorais. Fleischer dividiu o período de 1964 até 1985 em quatro fases. A primeira, denominada de cirurgia inicial (1964-1968); depois, o aprofundamento do governo ditatorial (1968-1974); até que começou a liberalização ou a “descompressão” (1974-1978); por fim, e que aqui será descrito, a abertura (1979-1984).

O período final é marcado por três questões essenciais ao governo: desenvolvimento de uma estratégia que tinha a finalidade de dividir as oposições concentradas no MDB (Movimento Democrático Brasileiro); acabar com a chamada “lógica plebiscitária” que marcou os pleitos de 1974 e 1978, onde a ideia era votar em favor ou contra a ditadura militar; por fim, foi um momento em que o regime tomou para si algumas pautas que eram da oposição, como o projeto de Anistia política, a adoção de eleições diretas ao cargo de governador (projetadas para 1982) e o fim do sistema bipartidário brasileiro - dando início ao novo pluripartidarismo.

Logo, esse período acaba sendo de relevância para a vida política brasileira, justamente por ser responsável pela organização de uma nova ordem. Dos partidos que surgem, esta pesquisa estará centrada no Partido Democrático Social (PDS). No plano nacional, o PDS acabou sendo a sigla de maior expressão numérica, precisamente por ser responsável em suceder a antiga agremiação governista, ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Sua extensão também foi um reflexo nos diversos estados da União.

O estudo das relações entre o governo federal e algumas elites locais, durante o sistema bipartidário, foi feito por Madeira (2006). Nele, o autor apresentou como o fim do pluripartidarismo em 1966 não encerrou o envolvimento de políticos no processo partidário. Logo, entende-se que o desenvolvimento do bipartidarismo ocorreu de forma não planejada, onde alguns percalços motivaram novas estratégias com o fim de garantir estabilidade ao regime.

Como dito acima, o decreto do AI-2 não colocou fim à participação dos parlamentares no jogo político, já que logo migraram para as novas siglas: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O término do sistema político que surgiu em 1946 tinha como intuito impedir que a relação PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) continuasse por mais alguns anos. A ideia também era absolver os membros do PSD para dentro da sigla governista. O resultado inicial dessa medida foi a criação de um processo artificial, onde a ARENA possuía mais embates internos do que com o partido de contestação - justamente porque o MDB não acomodava influentes congressistas em seus quadros. A adoção da sublegenda foi um subterfúgio para impossibilitar que estas brigas resultassem em debandadas dos integrantes do governo em prol da oposição. Isso também contribuiu para que a ARENA recebesse ainda mais políticos de influência nos diversos estados da Federação. Essa deliberação acabou formando, inicialmente, duas siglas com poucas distinções ideológicas.

Outro elemento que atrapalhou o crescimento do MDB durante os anos 60 esteve relacionado ao processo de cassação de mandatos. Diversos quadros do partido foram cassados. Isso dificultou o recrutamento de membros para o MDB no âmbito municipal e estadual. Consequentemente, resultou em situações onde o maior adversário político de um arenista costumava ser justamente seu correligionário de sigla. Também não era incomum que prefeitos eleitos pelo MDB saíssem da legenda temendo que seus projetos fossem atrapalhados pela União, como uma forma de retaliação por ser político de oposição. Isso acabou estimulando uma importante corrente do MDB que desejava sua auto-dissolução (MADEIRA, 2006).

A década de 1970 é marcada por uma alteração significativa no MDB. O partido conseguiu garantir expressivo progresso eleitoral, especialmente nas eleições federais, e conquistou espaços em regiões urbanizadas. O MDB elaborou uma estratégia relevante para a garantia do seu desenvolvimento, procurando apoio parlamentar em dissidências e rivalidades regionais que não conseguiram ser contidas na Arena. Aliado a este movimento, o governo Médici tomou uma postura distinta com relação aos membros políticos tradicionais da Arena. Houve uma tentativa clara de introduzir, em diversos estados, políticos que não tinham nenhuma ligação com os partidos antecessores do sistema bipartidário. A ideia foi muito rechaçada nos estados, justamente por significar uma intromissão do Governo Federal dentro dos interesses locais. Algumas campanhas políticas de candidatos distantes das lógicas

familiares regionalistas sequer foram apoiadas - em determinados estados, as elites da Arena apoiaram até mesmo o candidato do MDB. Como disse Madeira “o monopólio da disputa entre as antigas famílias no nível local passa a ser ameaçado” (2006, p. 66)¹. Os reflexos eleitorais dessa ação puderam ser vistas no ano de 1974, com o grande crescimento da oposição nos cargos federais. Da mesma forma, deve-se lembrar a importante atuação ideológica que o partido passou a adotar, buscando ser reconhecido como uma sigla de contestação ao regime. Essa façanha também ganhou respaldo social, principalmente no pleito de 1974.

Alguns destes problemas, que estavam resultando no crescimento expressivo da oposição parlamentar dentro da Câmara dos Deputados, no Senado e em determinados estados, foram os motivos que estimularam uma nova engenharia política do Governo Federal. A estratégia, desta vez, foi dar fim aos dois partidos: ARENA e MDB. Com isso, introduziu-se a atual lógica pluripartidária, surgindo seis novos partidos: PDS (Partido Democrático Social, responsável em agregar os governistas); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, herdeiro direto do MDB); PP (Partido Popular, que seria responsável por agregar em seu interior membros mais ao centro político); PDT (Partido Democrático Trabalhista, sigla trabalhista destinada aos trabalhistas históricos que seguiam a liderança de Leonel Brizola); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, responsável em agregar os trabalhistas históricos que seguiam Ivete Vargas); PT (Partido dos Trabalhadores, legenda formada por imensa maioria de setores sociais).

Apesar destas informações, o PDS é um partido pouco estudado - tanto no campo nacional quanto nas esferas estaduais e municipais. Algo semelhante ocorreu com os estudos referentes ao seu antecessor (ARENA). Pode-se dizer que a tese de Grinberg tenha sido propulsora nas análises da sigla (GRINBERG, 2009). Depois da pesquisa nacional sobre o partido, passaram a ser desenvolvidas investigações nas demais planas de poder². Porém, ainda se trata de um pequeno universo. Assim, este artigo visa contribuir para o desenvolvimento e estímulo de estudos sobre o PDS em um nível estadual. Entendendo como a lógica de formação e recrutamento da agremiação foram importantes para o governo e também para a própria oposição.

1

² Para entender mais sobre os exames locais da ARENA, consultar: BATISTELLA, Alessandro. A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965-1979). *Revista de História Regional*, v. 26, n. 2, 2021; SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Poder local, partido político e ditadura militar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba (1969-1979)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Minas Gerais, 2021.

Esse texto é um desdobramento da pesquisa iniciada no mestrado, referente à organização inicial do Partido Democrático Social. Na dissertação, o foco esteve centrado na composição do partido em nível nacional. Neste texto, o caso goiano serve para explorar algumas possibilidades - principalmente através da comparação.

Este artigo também se apega aos pressupostos do conceito de *redes*, desenvolvida por Sawicki (2013). Foi possível perceber como estas relações políticas, estabelecidas dentro do PDS-GO, constituíram dois modelos apresentados pelo autor: *rede como o conjunto das relações pessoais, formais ou informais de um dado indivíduo; e, rede como um sistema de afinidades duráveis fundado sobre interesses comuns, laços de dependência ou de obrigações*. Também houve interesse em resgatar pressupostos de Merton (1965), já que o autor percebeu que, costumeiramente, os partidos políticos não vão apresentar consensos. As relações políticas são distintas, marcadas por diversos momentos de instabilidade e questionamentos.

O objetivo deste artigo é explicar como ocorreu o processo de formação política do PDS durante o ano de 1980, um período importante já que o estado de Goiás era visto com muita atenção pelo SNI, por ser uma região de crescimento dos opositores. Apesar disso, a estratégia adotada pelo então governador Ary Valadão³ com o intuito de aumentar sua influência no partido e inviabilizar qualquer projeto rival não foi bem aceita, justamente porque tal postura também significava o desprestígio de antigas lideranças locais da ARENA.

Além desta introdução, este artigo possui outros quatro subtópicos. Inicialmente, houve o reconhecimento da importância de expor alguns pontos sobre as fontes escolhidas para esta pesquisa. Apesar do acervo do SNI (Serviço Nacional de Informações) ser de grande serventia para pesquisas dentro do campo da ditadura⁴, percebeu-se que pouco se comentava sobre estas fontes sendo utilizadas para o estudo de partidos políticos. No segundo momento, será possível esclarecer como o PDS-GO teve dificuldades em receber novos membros políticos em seu interior. Para isso, estrutura-se o quadro de Anápolis-GO, onde o partido esteve em desarmonia

³ Ary Ribeiro Valadão: Nasceu na cidade de Anicuns, Goiás, em novembro de 1921. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, além de uma pós-graduação em criminologia e balística. Entre 1947 e 1959, foi prefeito no município de Anicuns, sua cidade natal, sendo também o nome de maior expressão dentro da União Democrática Nacional (UDN) do município. Foi eleito deputado estadual em 1958 pela UDN e foi reeleito pelo mesmo partido. Chegou a ser presidente regional da UDN como também liderou a bancada udenista na Assembleia Legislativa de Goiás. Deu apoio ao golpe de 1964, motivado por interesses regionais. Entre os anos de 1967 e 1977 foi deputado federal. Para maiores informações de sua biografia, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ari-ribeiro-valadao>, acesso em 10 de março de 2023, às 12h.

⁴ Para maiores informações, consultar: TEIXEIRENSE (2022).

com a chegada de um novo prefeito para a cidade. O terceiro subtópico prestou-se a divulgar mais alguns conflitos internos da legenda, principalmente por conta da disputa sobre o comando do partido no estado. Para concluir, houve uma relação entre algumas teorias sobre os estudos de partidos políticos - debatendo autores como Merton (1965) e Sawicki (2013) - e relações com o caso apresentado, também pretende-se comparar o caso goiano com a formação nacional do PDS, além de considerações sobre novas possibilidades de pesquisa.

Uma pequena observação sobre as fontes utilizadas

O conjunto documental para este artigo está concentrado nos relatórios analíticos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Cabe expressamente explicar como era constituído cada documento. Ao tratamento metodológico, cabe explicitar algumas considerações. Primeiro, o SNI foi o principal órgão criado da chamada comunidade de informações⁵. A complexa estrutura criada, conseguia espionar diversos brasileiros que, de alguma forma, poderiam representar algum tipo de oposição ao regime ditatorial (GARCIA, 2013).

Ao caso brasileiro, para Alfred Stepan, o SNI tem uma característica de relevância, em comparação aos demais órgãos de inteligência das ditaduras latinas: ele conseguiu ser um sistema de informações autônomo (STEPAN, 1986). O SNI foi criado em um tempo menor do que 90 dias após o golpe de 1964. Desde o seu surgimento, a instituição teve grande poder. Porém, foi no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici que o SNI acabou tendo uma ampliação de suas funções. Além do mais, vale ressaltar que o órgão foi formado com a projeção de baixo envolvimento de militares da ativa. Todavia, no fim de 1968, período de crescimento da influência da chamada linha-dura e de embates da luta armada, o SNI foi militarizado.

Sua função era aglutinar dados para o Estado, mas acabou ganhando tanta relevância ao ponto de ser, segundo Stepan, a quarta maior força armada. Em 1971, o SNI acabou tendo permissão para criar a Escola Nacional de Informações (EsNI) - o que causou o fim dos outros cursos de informação, como o elaborado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Para Stepan,

O novo profissionalismo da segurança interna e do desenvolvimento nacional, no Brasil, produziu um Sistema Nacional de Informações que, em termos formais, monopolizou mais

⁵ A “comunidade de informações” é um complexo criado durante o período ditatorial, os próprios documentos reconheciam e utilizavam essa expressão. Porém, cabe destacar que essa comunidade não era tão unificada quanto alguns podem pensar. Dentro das diversas instituições existiam tensões e divergências. Para maiores informações, consultar: GARCIA, 2013.

funções do que seus correspondentes em qualquer outra *polis* significativa do mundo e, ao contrário destes, mantinha todas as atividades de rotina sob a supervisão exclusiva do chefe de Estado (STEPAN, 1986, p. 29)

Assim, é possível entender a relevância da instituição em um contexto ditatorial. Ocorreu um aprofundamento das relações do Estado com o órgão, dando-lhe mais relevância ainda. Dentro do regime, o Exército foi a Força de maior poder/influência na direção do Estado, e o SNI era uma organização umbilicalmente ligada ao Exército. Sua relevância foi tamanha que dois de seus chefes foram presidentes da República: o já citado Médici e João Batista Figueiredo (GARCIA, 2013).

Após o fim do regime ditatorial, o Brasil vivenciou o crescimento de políticas que tinham como objetivo elucidar a questão dos desrespeitos aos Direitos Humanos. Para isso, reconheceu-se a importância da divulgação das informações contidas nos vários documentos da comunidade de informações. Ao todo, milhares de páginas foram disponibilizadas ao público - principalmente a partir dos anos 2000. O acervo disponibilizado ficou sob responsabilidade do Arquivo Nacional. Através do projeto *Memórias Reveladas* o acervo passou a ser digitalizado, permitindo uma consulta de diversos locais do país (GARCIA, 2013).

Especificamente sobre os documentos compartilhados nestes órgãos de informações e aqui trabalhados, pode-se apresentar algumas características. Estes foram padronizados, com um cabeçalho com referências sobre o assunto trabalhado no corpo documental; sua classificação em importância; o fluxo, de onde saiu e para onde era destinado; além de alguns dados que poderiam ser anexados - visando comprovar o que fora debatido. Os arquivos também eram classificados em *sigilosos*, *confidenciais*, *reservados* e *ultrassecretos*. Neste artigo, as fontes utilizadas foram classificadas como *confidenciais*. Ayrton Baffa descreve que essa classificação costumou ser utilizada para o tratamento de papéis sigilosos de interesse tanto do governo como dos envolvidos neste (GARCIA, 2013).

Ainda cabe destacar que os textos aqui analisados tratavam de informações que costumavam ser coletadas dentro da imprensa local. Essas fontes eram catalogadas em anexos ao texto. O relatório continha dados numerados, organizando o tema apresentado. Geralmente, essa contabilidade versava sobre a relação do PDS no estado, ou em alguma cidade específica, de Goiás. O propósito destas documentações estava em fornecer o máximo de elementos possíveis

sobre o cotidiano político do período, para a explicação de como determinadas estratégias e caminhos ocorreram.

Neste momento, propõe-se apresentar algumas conjecturas do interesse do SNI no quadro partidário brasileiro. A comunidade de informações sempre produziu explicações sobre o momento político do período elencado. Algumas destas eram conjecturas, outras basearam-se em informações, principalmente pela própria imprensa. O domínio sobre o quadro político era de extrema valia, justamente porque o crescimento da oposição política nos estados poderia resultar na queda de influência dos militares no plano nacional. Além disso, a observação sobre políticos permitia ao Estado entender como se portar, para garantir o fator de estabilidade que os congressistas davam ao governo (REGO, 2008). Logo, estas informações poderiam servir para no mínimo duas possibilidades diretas: detalhamento dos diversos cenários políticos estadual e nacional; controle do governo sobre os seus adversários e apoiadores, garantindo uma maior estabilidade ao mandato presidencial e ao projeto ditatorial.

Os “soldados” promovidos a “generais”: uma exposição do quadro político durante a formação do PDS em Goiás

Neste momento, pretende-se expor como o Partido Democrático Social (PDS) foi composto no estado de Goiás, no ano de 1980. Nas linhas abaixo, será possível identificar algumas rixas e conflitos internos que evidenciam como determinadas estratégias de composição partidária não foram estáveis. O principal problema estava na forma de recrutar membros do partido de oposição, concedendo privilégios políticos em detrimento das antigas lideranças da ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

O título deste subtema versa justamente sobre a queixa de alguns políticos, que utilizaram de uma alusão militar para reclamar sobre a seleção e promoção que membros do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganharam ao escolher compor os quadros do PDS. A crítica explica que um militar não salta da função de soldado para general. Ao contrário, existe todo um processo hierárquico que um soldado deveria passar para enfim chegar ao cargo de maior prestígio. Entretanto, a situação não foi semelhante com a integração dos novos políticos do MDB. A chegada destes representou um salto de influência do partido em desfavor das antigas lideranças arenistas.

Porém, cabe reconhecer que este não foi o único problema na composição do PDS. A sigla, como será detalhado abaixo, também tinha certos desentendimentos com os seus antigos dirigentes. A adoção de novos quadros políticos no PDS poderia ser uma estratégia com o intuito de ganho de importância sobre esses recém-chegados, possibilitando que um antigo líder da ARENA conseguisse exercer mais controle no PDS, em comparação aos demais coordenadores arenistas que igualmente foram ao partido.

A preocupação dos relatórios do SNI com o estado de Goiás começou pela análise da situação municipal. Havia um interesse em mapear os resultados, buscando compreender a expansão do PDS em torno do estado. O relatório de 2 de maio de 1980 acabou apontando para um ponto em favor do novo partido governista: a adesão de prefeitos ao PDS aumentou em relação aos prefeitos que eram da ARENA. Em referência ao pleito de 1976, a Arena conseguiu eleger mais prefeitos do que o MDB: 149 x 70. No ano de 1980, foram contabilizados 223 prefeitos, onde 182 eram do PDS (81,6%). Os demais eram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, que contabilizavam 41 prefeitos e 18,4% do total (FUNDO: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8 - GNC.RRR.800000554).

Porém, apesar deste número expressivo, o PMDB ainda era um motivo de preocupação ao SNI. Isso se justifica porque dos cinco maiores municípios do estado goiano, em três o prefeito era do PMDB (Itumbiara, Rio Verde e Luziânia). Nos outros dois municípios, somente o de Araguaína (5º maior) era de um gestor pedessista. No município de Anápolis, o prefeito era uma indicação do governador, que naquele momento era do PDS. O SNI entendia que o estado de Goiás poderia estar muito mais próximo das mãos da oposição do que do governo.

Havia a expectativa que a estratégia adotada pelo governador de Goiás, Ary Ribeiro Valadão (PDS), fosse efetiva. Ele exerceria um papel importante ao tentar cooptar respeitáveis figuras políticas do estado para estimular o aumento do PDS, visando o processo eleitoral de 1982 - onde ocorreriam eleições para governador, deputados estaduais, deputados federais e senador⁶. Foi possível identificar que esse plano praticado, pelo governador Ary Ribeiro, gerou problemas com relação às antigas lideranças da ARENA da cidade de Anápolis. Com isso, fica

⁶ Não foram mencionadas as eleições municipais que também ocorreram em concomitância às eleições estaduais e federal, porque ainda em maio de 1980 não existia uma definição clara sobre as eleições municipais. No Congresso Nacional, começava a ganhar corpo o debate pela prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores. Somente no final do ano de 1980 é que houve a confirmação de que estas eleições foram postergadas para 1982.

claro perceber que a medida de recrutamento, mesmo sendo essencial para o crescimento do PDS, também foi responsável por brigas internas.

A dissidência ocorrida em Anápolis/GO acaba sendo um bom exemplo da tensão entre os novos políticos, que eram pertencentes ao grupo de oposição política no sistema bipartidário (MDB), *versus* os antigos membros governistas (ARENA). O problema teve início, em março de 1980, com a escolha do deputado estadual Wolney Martins de Araújo⁷ (PDS-GO) para a função de prefeito da cidade. Isso ocorreu, porque o antigo mandatário, Decil de Sá Abreu⁸ (PDS-GO) foi indicado a um cargo dentro da Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

O município de Anápolis tinha uma importância aos grupos políticos goianos. Até então, esta era a região que mais concentrava votos em favor da oposição. A situação ganha notoriedade porque o deputado Wolney de Araújo era um ex-político do MDB (FUNDO: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8 - GNC.RRR.800000554). No dia solene de sua posse, importantes lideranças políticas do PDS, em Anápolis, se recusaram a estar presentes. Foi o caso de Ederval Ramos Caiado⁹, Elcival Ramos Caiado¹⁰, o vereador Maurity Nascimento

⁷Wolney Martins de Araújo: nasceu em 3 de setembro de 1937, na cidade de Catalão (Goiás). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis, especializando-se em Direito Processual Penal. Seu primeiro mandato como deputado estadual foi em 1979, onde teve que se licenciar para assumir a prefeitura de Anápolis (GO). Informações retiradas de: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1402>, acesso em 10 de março de 2023 às 12h.

⁸Decil de Sá Abreu: não existem informações biográficas desta figura política nas bases de dados do DHBB, como também não há uma informação sequer sobre sua biografia na base da Assembleia Legislativa de Goiás. Isso pode significar que Decil Abreu não conseguiu grande relevância política dentro do próprio estado, sendo uma figura de expressão apenas no âmbito municipal.

⁹Ederval Ramos Caiado: existem poucas informações sobre o político referido. As informações que aqui serão expostas, carecem de uma maior precisão, foram retiradas do discurso parlamentar do deputado federal Luiz Bittencourt (PMDB-GO) no ano de 2002 - ano de seu falecimento. Ederval nasceu, muito provavelmente, em junho de 1916. Faleceu em 2002. Foi graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Brasil (RJ). Desde o fim de sua graduação, passou a viver na região de Anápolis (GO). Sua origem política está associada a sua família, que possuía grande força no estado como também grande histórico de envolvimento político pelo país. Era filho do senador Antônio Ramos Caiado. O envolvimento político da família era considerável, sendo seu irmão, Ederval Ramos Caiado, outra figura de expressão política de Goiás. Ederval era pai de Ronaldo Caiado, figura histórica na política goiana e nacional. Para maiores informações, consultar: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjo10X12dH9AhUkqpUCHdVsCnUQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.camara.leg.br%2FproposicoesWeb%2Fprop_mostrarintegra%3Bjsessionid%3DBE426B0E2C6A9904AAFAD7D96C6255B5.node1%3Fcodteor%3D39879%26filenome%3DTramitacao-DIS%2B2265%2F2002&usq=A0vVaw2hBZKoIYLyhRgm5BmF6PXb. Acesso em 10 de março de 2023, às 12h.

¹⁰Elcival Ramos Caiado: nasceu em Goiás, em abril de 1923, sendo membro da família Caiado - família de grande influência política no estado e no país. Irmão de Ederval Caiado e filho de Antônio Ramos Caiado (informações colocadas na nota de rodapé anterior). Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, no ano de 1949. Filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), sendo eleito deputado estadual em 1962. Chegou a liderar a bancada de seu partido entre 1964 e 1965. Ficou como deputado estadual entre 1962 e 1974, até que no pleito de 1974 foi eleito deputado federal. Nesse período, enquanto deputado federal, chegou a ser presidente regional da ARENA. Com o fim do bipartidarismo, ingressou no PDS. Para maiores informações,

Escobar¹¹ e o ex-presidente do Partido ARENA da localidade Geraldo Rosa¹². Essas ausências já eram indicativos claros da insatisfação dessas figuras com a indicação de Wolney de Araújo ao cargo de prefeito.

Nesta mesma solenidade, houve um grande interesse do governador do estado Ary Ribeiro Valadão (PDS-GO) em reafirmar sua escolha. A indicação de Wolney se reduzia a uma questão de independência partidária - ao menos teria sido esta a declaração do governador. Mas, fica evidente que também há alguma busca de conflito com ligação às antigas lideranças locais. Podem ser listados alguns problemas em relação ao quadro político da região: O sentimento de marginalização do chamado grupo Caiado (sendo os principais nomes insatisfeitos de Ederval Caiado e Elcival Caiado). Essa era uma família articulada e forte no local. A sensação de desprestígio que o clã sentiu foi porque a seleção do nome de Wolney nunca passou por alguma deliberação do grupo. Até mesmo o corpo administrativo escolhido não teve nenhuma contribuição da família. A medida encontrada pelos Caiado seria a de em circunstância alguma ajudar a própria administração da prefeitura, como também atuar em prol de certa restrição ao trabalho do prefeito.

O Presidente da Câmara de Vereadores da localidade, Benjamin Bezze Júnior¹³ (que foi eleito ainda pela ARENA), em nenhum momento se manifestou. Sua alegação estava em não saber de que modo deveria se posicionar diante do fato. Além disso, o vereador Benjamim até o momento não tinha tomado uma decisão sobre qual partido pertencer, mas era tido como certo seu ingresso no PDS. Porém, essa confusão acabou atrasando sua escolha. Alguns vereadores de Anápolis/GO entendiam que a solução para crises como esta seria o retorno do reconhecimento da autonomia política da região - ou seja, a retirada do município da Lei de Segurança Nacional¹⁴.

Nitidamente, percebia-se uma divisão dentro do PDS. O grupo dissidente, que em determinados momentos chamava-se de “grupo independente” era coordenado pelos

consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elcival-ramos-caiado>, acesso em 10 de março de 2023, às 13h.

¹¹ Maurity Nascimento Escobar: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

¹² Geraldo Rosa: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

¹³ Benjamin Bezze Júnior: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

¹⁴ A Lei de Segurança Nacional (LSN) não foi uma invenção dos governos ditatoriais. Oficialmente ela surgiu ainda no período Vargas, mas foi revogada no ano de 1967. Já no ano de 1969, surgiu uma alteração na Lei de Segurança Nacional que a tornou ainda mais severa. No âmbito municipal, a LSN acabou dando permissividade ao Governo Federal de nomear os prefeitos enquadrados na lei. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em 10 de março de 2023, às 23h.

vereadores: Benjamin Beeze Júnior, Fernão Ivan José Rodrigues¹⁵, Isaac de Souza Carvalhedo e Maurity Nascimento Escobar. O segundo grupo, tinha um comportamento de aproximação e concordância com relação a escolha do novo prefeito. Este era liderado por: Amir de Souza Ramos¹⁶, Aparecido Monteiro Costa¹⁷ (ex-membro do MDB), João Rodrigues de Queiroz¹⁸, Tasso Rego de Santana¹⁹ e Wantuel Antônio Ribeiro²⁰. O quadro abaixo (Quadro 1) sintetiza toda essa composição.

Quadro 1: *Divisão dos grupos e posicionamento frente a indicação do prefeito Wolney de Araújo ao cargo de prefeito de Anápolis-GO*

Grupos políticos	Componentes de maior influência	Posicionamento
Grupo Caiado	Edenval Caiado, Elcival Caiado	Boicote ao mandato do prefeito Wolney de Araújo
Grupo “independente”	Benjamin Beeze Júnior, Fernão Ivan José Rodrigues, Isaac de Souza Carvalhedo; Maurity Nascimento Escobar	Grupo que constituía uma dissidência dentro do PDS, insatisfeitos com a indicação de Wolney de Araújo para a prefeitura de Anápolis. Entendia-se que a crise só seria superada com o fim das interferências do governo, garantindo o retorno da autonomia política da região

¹⁵ Fernão Ivan José Rodrigues: as únicas informações disponíveis sobre sua carreira política foram publicadas no site da Câmara de Vereadores da cidade de Anápolis (GO). Porém, os dados apresentados são de um período posterior a este marco cronológico. Não existe nenhuma informação sobre seu nascituro ou formação acadêmica. Para maiores informações, consultar: <https://sapl.anapolis.go.leg.br/parlamentar/45/mandato>, acesso em 10 de março de 2023, às 13h.

¹⁶ Amir de Souza Ramos: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

¹⁷ Aparecido Monteiro Costa: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

¹⁸ João Rodrigues de Queiroz: nasceu em setembro de 1927, no município de Cristalina (GO). Teve grande influência no município de Anápolis, onde exerceu o cargo de Vereador da cidade. As informações restantes, possivelmente são de um período posterior ao marco cronológico deste artigo e podem ser consultadas em: http://www.amorese.com.br/GENEALOGIA/ps01_023.html, acesso em 10 de março de 2023, às 13h.

¹⁹ Tasso Rego de Santana: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

²⁰ Wantuel Antônio Ribeiro: infelizmente, não foram localizadas informações sobre sua biografia política.

Grupo de apoio	Amir de Souza Ramos, Aparecido Monteiro Costa, João Rodrigues de Queiroz, Tasso Rego de Santana, Wantuel Antônio Ribeiro	Quadros políticos que tinham relativo interesse na indicação do nome de Wolney de Araújo para a prefeitura de Anápolis. Pouca ou nenhuma oposição fizeram por conta de sua indicação
----------------	--	--

Fonte: FUNDO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8 - GNC.RRR.80000554

O relatório produzido pelo SNI atribui que a missão principal destinada ao prefeito do município de Anápolis tinha um árduo e quase impossível objetivo: unir todos os grupos políticos pedessistas. Este documento, apontava para a importância política da cidade, além disso reconhecia que antes mesmo da nomeação de Wolney o partido passava por um momento de divisão. Aqui, cabe especular o porquê da sua escolha. Talvez, a própria divergência interna justificasse a indicação de um ex-membro do MDB. A seleção por um nome externo poderia ser um indicativo de que privilegiar qualquer quadro interno também seria um fator de contendas dentro da sigla.

O caso de Anápolis não foi uma exceção na organização partidária do PDS em Goiás. Como foi relatado no informe do SNI no dia 1º de outubro de 1980, os embates internos aumentavam no partido, motivadas por conflitos entre antigos membros da ARENA *versus* novos integrantes políticos que eram egressos do MDB. Essas disputas cresciam pelo desejo de influência entre os próprios arenistas. Este cenário de brigas internas preocupava, porque poderia significar ao PMDB a possibilidade de ter maior relevância dentro da política goiana (FUNDO: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000777).

Porém, cabe reconhecer que o próprio governador também tinha suas rixas pessoais, que foram criadas entre os anos finais da década de 1970 - ou seja, essas brigas ocorreram no interior da ARENA e foram levadas em diante. Ary Valadão, no momento em que assumiu o cargo de gestor do estado, acaba desprestigiando políticos que eram ligados ao ex-governador de

Goiás, Irapuan Costa Júnior²¹. Isso ocorreu quando Valadão se recusou a receber em seu gabinete estes políticos, alegando que não queria criar grupos dentro da antiga ARENA. Tal atitude resultou em uma dissidência direta na Assembleia Legislativa goiana. Os arenistas dissidentes acabaram buscando formar um bloco com a oposição política do estado, o que determinou problemas sérios ao governador, já que este grupo somado aos membros da oposição se tornaram maioria parlamentar.

Com o objetivo de estabelecer a conciliação e garantir sua governabilidade, Ary Valadão acabou cedendo duas importantes secretarias estaduais aos políticos governistas insatisfeitos, foram elas: Secretaria da Educação, que foi cedida para o deputado Adjair de Lima e Silva²²; Secretaria de Minas, Energia e Telecomunicações que foi dada a Wolney Wagner de Siqueira²³. Além disso, o governador teria se comprometido com os deputados Habib Gabriel Issa²⁴, Paulo Rezek Andery²⁵ e Wander Arantes de Paiva²⁶ com postos no Conselho de Contas dos Municípios (CCM). Apesar dessa atitude ter “selado a paz” dentro do PDS, ocorreram queixas de aliados do governador, por entenderem que essa ação acabou desprestigiando os seus companheiros “fiéis”.

²¹Irapuan Costa Júnior: nasceu em Goiânia, no mês de dezembro de 1937. Formou-se em engenharia civil na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Sua carreira laborativa teve início nas Centrais Elétricas de Goiás (Celg), chegando ao cargo de presidente. Ainda, enquanto presidente da Celg, foi nomeado prefeito em Anápolis (GO) no momento em que a cidade foi incluída na Lei de Segurança Nacional. Exerceu o cargo de prefeito até 1974. Foi nomeado pela Assembleia Legislativa goiana ao cargo de governador do estado, exerceu seu mandato entre 1975 e 1979. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irapuan-costa-junior>, acesso em 10 de março de 2023, às 14h.

²²Adjair de Lima e Silva: nasceu em Iporá (GO), em dezembro de 1943. Formou-se em Direito e Economia. Foi eleito deputado estadual pela ARENA em 1978, exercendo o cargo entre 1979 e janeiro de 1980, onde se licenciou para assumir cargo na Secretaria de Educação. Para maiores informações: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1490>, acesso em 10 de março de 2023, às 15h.

²³Wolney Wagner de Siqueira: nasceu em Pirenópolis (GO), em novembro de 1945. Engenheiro, fazendeiro e empresário, foi eleito deputado estadual entre 1974 e 1978, em seu segundo mandato licenciou-se para exercer o cargo de Secretário de Minas, Energia e Telecomunicações. Para maiores informações: <https://www.camara.leg.br/deputados/132110/biografia>, acesso em 10 de março de 2023, às 15h.

²⁴Habib Gabriel Issa: nasceu em Anápolis (GO), em outubro de 1935. Foi radialista, não cursou o Ensino Superior. Foi eleito deputado estadual em 1974 e 1978, licenciando-se em junho de 1980 para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município. Para maiores informações, consultar: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1657>. Acesso em 10 de março de 2023, às 15h.

²⁵Paulo Rezek Andery: nasceu em Itaberaí (GO), em novembro de 1927. Foi empresário e agropecuarista, não cursando o Ensino Superior. Foi vereador de Itaberaí entre 1962 e 1965, onde chegou a presidir a Câmara Municipal; também foi prefeito de Itaberaí entre 1967 e 1971. Em 1970, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 1974 e 1978. Renunciou ao seu mandato em setembro de 1980 para assumir um cargo no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Para maiores informações, consultar: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1764>. Acesso em 10 de março de 2023, às 15h.

²⁶Wander Arantes de Paiva: nasceu em novembro de 1945, no município de Santa Helena de Goiás (GO). Formou-se em Contabilidade e Jornalismo. Foi eleito deputado estadual em 1974 e 1978, licenciando-se em setembro de 1980 para assumir cargo no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Para maiores informações, consultar: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1408>, acesso em 10 de março de 2023 às 15h.

Fato que forçou ainda mais o governador Ary Valadão a negociar cargos com os membros do partido.

Esse exemplo é determinante para compreender a formação do PDS no estado de Goiás? Como foi descrito, ocorreram dissidências e isso afetou o projeto de estabilidade desejado pelo Governo Federal. Havia uma preocupação de que no pleito de 1982, a oposição política - principalmente o PMDB - conseguisse crescer de forma a vencer as eleições. O que resultaria em uma queda de influência da autoridade administrativa na região. No próximo subtópico, será possível perceber que o caso de Anápolis não foi um caso único de dissidência dentro da sigla governista. Sendo possível também captar

Desavenças políticas no estado de Goiás

Neste momento, pretende-se elencar alguns pontos que podem contribuir para justificar essas diversas divisões dentro do PDS. Por isso, o texto retoma problemas que ocorreram ainda no final da década de 1970. Percebeu-se, ao analisar as fontes desta pesquisa, que as dificuldades enfrentadas na formação inicial do PDS se arrastaram do partido antecessor: a ARENA. Além disso, também serão apontados outros exemplos de dissidências dentro do partido, revelando que os transtornos ocorridos em Anápolis-GO não foram uma exceção.

Cabe explicar o papel do presidente do PDS-GO, José do Nascimento Caixeta²⁷, no processo de organização do partido dentro do estado. A função destinada à Caixeta era justamente a de mediador das dissidências internas. Caixeta, logo observou algumas dificuldades nesta tarefa. Na primeira reunião do partido sobre sua presidência regional, importantes membros não estiveram presentes. O senador Caixeta tentou por diversas vezes unificar estes grupos rivais. Contudo, essa tentativa acabou sendo frustrada, justamente por não existir um caminho de concordância comum. Para conseguir esta unidade tão desejada por membros do SNI e do Governo Federal, havia o entendimento de que o ex-governador Irapuan Costa Júnior, e o atual governador, Ary Valadão, deveriam deixar de lado suas diferenças e trabalharem em comum acordo. Porém, membros do grupo de Ary Valadão agiam de forma a impedir qualquer ganho de influência de Irapuan Júnior dentro da sigla.

²⁷ José do Nascimento Caixeta: nasceu em Silvânia (GO), em agosto de 1930. Trabalhou na agropecuária e no setor industrial. Chegou a presidir os diretórios da UDN e da ARENA na cidade de Silvânia. Em 1978 foi indicado ao cargo de senador - o chamado senador biônico. Para maiores informações, consultar: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2958>. Acesso em 10 de março de 2023, às 22h.

Seria possível determinar o papel do presidente do PDS-GO, José do Nascimento Caixeta²⁸, no processo de organização do partido dentro do estado? A função destinada à Caixeta era justamente a de mediador das dissidências internas. Caixeta, logo observou algumas dificuldades nesta tarefa. Na primeira reunião da sigla sobre sua presidência regional, importantes membros não estiveram presentes. O senador Caixeta tentou por diversas vezes unificar estes grupos rivais. Contudo, essa tentativa acabou sendo frustrada, porque não havia um caminho de concordância. Para conseguir esta unidade tão desejada por integrantes do SNI e do Governo Federal, havia o entendimento de que o ex-governador Irapuan Costa Júnior, e o atual governador, Ary Valadão, deveriam deixar de lado suas diferenças e trabalharem em comum acordo. Porém, políticos do grupo de Ary Valadão agiam de forma a impedir qualquer ganho de influência de Irapuan Júnior dentro do PDS.

Outro fator que pode explicar a preocupação do Governo Federal e de membros do SNI com a organização do PDS foi apontado no relatório do dia 20 de outubro de 1980. Nele, houve uma comparação entre os nomes que iriam coordenar os Diretórios Municipais do PDS e os que lideravam os Diretórios do PMDB (Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000811). Apesar de reconhecer que o PDS teria recrutado alguns quadros experientes na política local, havia baixa mobilização social em prol do partido. Enquanto isso, os componentes escolhidos do PMDB para a direção dos Diretórios, ainda que não fossem nomes de muita experiência no cenário político goiano, acabavam ganhando vantagem. Por já atuarem dentro da sociedade mobilizando os diversos setores, praticando ações dentro de escolas, universidades, em meio a população mais vulnerável e com grande envolvimento no funcionalismo público. Existia um entendimento de que os integrantes do PDS, por conta das disputas internas, ficavam atrás no convencimento populacional em favor da sigla para as eleições de 1982.

O problema das rixas internas também foi descrito em outro relatório, do dia 10 de novembro de 1980, em que ficou ainda mais nítido como os grupos do PDS se articulavam para até mesmo atrapalhar os seus rivais internos (FUNDO: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000835). O caso que agora será apresentado refere-se ao do

²⁸ José do Nascimento Caixeta: nasceu em Silvânia (GO), em agosto de 1930. Trabalhou na agropecuária e no setor industrial. Chegou a presidir os diretórios da UDN e da ARENA na cidade de Silvânia. Em 1978 foi indicado ao cargo de senador - o chamado senador biônico. Para maiores informações, consultar: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2958>. Acesso em 10 de março de 2023, às 22h.

deputado federal Genésio Vieira de Barros²⁹ (PDS-GO). A informação citada, indica que o deputado Genésio pertencia ao grupo ligado ao também deputado Brasília Ramos Caiado³⁰ (PDS-GO). Os adversários de Genésio tentavam dificultar o ganho de influência do clã Caiado nos municípios goianos. E, de início, acabou dando certo, já que ocorreram articulações de diversas facções políticas para impedir que os parlamentares Genésio e Brasília conseguissem atuar em alguma comissão municipal provisória.

A situação ganhou uma atenção por parte do governo, quando o deputado Genésio concedeu entrevistas a órgãos da imprensa, como o jornal Diário da Manhã, dando declarações de um suposto combinado entre a direção geral do partido em Goiás com ele. Segundo o parlamentar, os dirigentes do PDS-GO teriam garantido ao Presidente Nacional do PDS, senador José Sarney (PDS-MA)³¹, que Genésio de Barros seria indicado para algum cargo dentro do Diretório Regional do PDS. Porém, esta promessa acabou não se concretizando, o que teria gerado um desconforto. O deputado entendeu que a responsabilidade no desprestígio sofrido por ele era de autoria do governador Ary Valadão. Segundo o mesmo, Ary Valadão estava desvalorizando determinados grupos políticos da antiga UDN e da ex-ARENA, em favor dos correligionários que tinham acabado de ingressar no Partido Democrático Social, oriundos do MDB. Genésio de Barros entendia que essa medida do governador visava o ganho de apoio dos políticos que acabavam de chegar na sigla e que, em troca, estes conseguiam cargos dentro do PDS-GO como uma forma de retribuir a indicação.

²⁹ Genésio Vieira de Barros: nasceu em Morrinhos (GO), no mês de setembro de 1941. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás. Mas antes mesmo de se formar já tinha envolvimento na administração pública, exercendo o cargo de chefe do Serviço de Pessoal e chefe de gabinete das secretarias de Viação e Obras Públicas e Administração da Prefeitura de Goiânia. Entre os anos de 1966, 1970 e 1974 foi eleito deputado estadual pela ARENA, conseguindo o cargo de deputado federal, também pela ARENA, em 1978. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-genesio-de>, acesso em 13 de março de 2023, às 10h.

³⁰ Brasília Ramos Caiado: nasceu em Goiás, em agosto de 1929. Seu pai, Brasil Ramos Caiado, foi presidente do estado de Goiás entre 1925 e 1929. Estudou na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, onde se formou em 1958. Atuou como fazendeiro e conseguiu ser eleito prefeito da cidade de Goiás no período de 1961 e 1966. Foi deputado federal entre 1971 e 1975; 1979, 1981-1987. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brasilio-ramos-caiado>, acesso em 13 de março de 2023, às 11h.

³¹ José Sarney: nasceu em Pinheiro (MA), em abril de 1930. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Maranhão. Foi deputado federal pelo Maranhão nos anos de 1956 e 1957, 1959-1966. Depois, foi eleito governador do Maranhão, 1966-1970, e senador do mesmo estado, entre 1971-1985. Chegou a presidir o partido ARENA, antes de assumir a presidência do PDS. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>, acesso em 13 de março de 2023, às 11h.

Esse caso também é mais um indicativo da forma de recrutamento de Ary Valadão. Sua estratégia de convencer políticos do antigo MDB, em favor de um ingresso no PDS, gerava um desconforto nas antigas lideranças políticas da ARENA, justamente porque o exercício de convencimento do governador passava por uma atitude de prestigiar o político que acabava de entrar nas fileiras pedessistas.

Ficou evidente que essas rixas dentro do novo partido governista, eram carregadas de questões de um período anterior ao próprio PDS. O governador Ary Valadão, e o ex-governador Irapuan Costa Júnior, eram dois dos principais agentes envolvidos nesse conflito de influência. Mas seria possível determinar o começo desses desentendimentos dos dois? Talvez, a melhor resposta esteja no documento do SNI, produzido no dia 28 de novembro de 1980. Nele, havia uma espécie de histórico, que buscava explicitar os motivos dos desencontros entre as duas lideranças locais (FUNDO: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000886). Possivelmente, o imbróglio de relacionamento dos dois tenha tido início na conjuntura de sucessão do então governador Irapuan Costa Júnior, que deu-se em 1978. O nome desejado por Irapuan, para sucedê-lo, era do, naquele momento, deputado federal José Alves de Assis³². O problema é que o referido deputado não foi aprovado e em seu lugar ocorreu a indicação de Ary Ribeiro Valadão. Depois desse fato, Irapuan praticamente manteve-se afastado de todo o processo sucessório ao Palácio das Esmeraldas. Sua energia passou a ser gasta em favor da formação de uma base satisfatória de políticos governistas na Assembleia Legislativa goiana.

Quando eleito, o governador Ary Valadão passou a ter certos problemas iniciais dentro do seu partido. Na Assembleia Legislativa de Goiás, membros da ARENA que eram próximos ao ex-governador Irapuan Costa Júnior passaram a se aproximar da bancada de oposição ao governo. O que resultou em um primeiro ano com muitas dificuldades e sem ganhos políticos consideráveis. A estratégia do então governador para contornar a situação, visando impedir maiores traumas ao seu mandato, foi negociar diretamente com esses dissidentes. Fato que, aparentemente, acabou resolvendo o imbroglio.

³² José Alves de Assis: nasceu em Mineiros (GO), em setembro de 1935. Estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Foi eleito deputado estadual, pela primeira vez, em 1966, pela ARENA. Foi secretário-geral do Diretório Regional da ARENA-GO, entre 1968 e 1970, e acabou falecendo em outubro de 1979, em um acidente aéreo. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-alves-de-assis>, acesso em 13 de março de 2023, às 14h.

Em 1980, o ex-governador Irapuan Costa Júnior até então possuía grande prestígio em diversos setores do funcionalismo público goiano. Principalmente em órgãos administrados pelo município da capital. Irapuan ainda não tinha se decidido em seguir no PDS. Os políticos da região e sua base de apoio contavam com sua entrada, porém o ex-governador atrasava um anúncio oficial, visando negociar mais influência na sigla. O fato é que esta negociação em momento algum ocorreu como o ex-governador esperava - seu planejamento era de presidir a ELETRONORTE, o que lhe daria uma visibilidade federal. Com negociações diretas entre Irapuan e membros da alta cúpula partidária do PDS nacional o seu pedido foi negado. Esse desarranjo lhe motivou a procurar um outro partido político. O escolhido foi o PMDB. A ameaça de saída de Irapuan não representou medo aos integrantes do SNI, que acreditavam justamente na pacificação do partido. Havia uma compreensão de que a situação poderia ser contornada, possibilitando pontualmente uma trégua no interior da cúpula goiana.

Os exemplos listados são apenas uma seleção parcial dos demais documentos produzidos pelo SNI, a respeito da formação e composição do PDS em Goiás. Como se viu, os relatórios indicavam que o problema central na direção do partido situava-se em torno da polêmica em relação aos recrutados. Havia um entendimento de que a inclusão de novos políticos, membros da oposição durante o bipartidarismo, estava sendo feita de forma a gerar um desprestígio das antigas lideranças da ARENA. O sentimento de desmerecimento acabou sendo evidente nos casos acima. Mostrando que não era simples a estratégia adotada pelo PDS para garantir controle sobre o estado. Como foi exposto, era importante ao partido o aumento de influência dentro de Goiás, já que existia uma percepção de que a oposição, principalmente liderada por intermédio do PMDB, conseguiria crescer dentro do estado no pleito de 1982 - existindo um risco potencial de que este crescimento representasse a vitória do PMDB até mesmo no cargo de governador do estado.

Porém, a estratégia adotada para impedir o crescimento dos grupos de oposição não foi facilmente aceita dentro do próprio partido. A tática do governador Ary Valadão também serve de exemplo para explicar o problema de uma expansão dos quadros do PDS. Ao fazer isso, o governador praticamente vinculava os novos políticos ao seu nome. Assim, em um momento em que a influência política era essencial, Ary Valadão conseguia exercer mais poder sobre o PDS do que o seu rival direto, o ex-governador Irapuan Costa Júnior, ao custo da insatisfação das antigas lideranças arenistas.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo debater a composição do novo partido governista, o PDS, dentro do estado de Goiás. Mostrando como um conflito acabou sendo criado entre os recém-chegados quadros da sigla e os antigos. A questão principal, levantada por queixas políticas, estava no desprestígio que antigas lideranças políticas da ARENA estavam passando, por conta do recrutamento de políticos que antes pertenciam ao partido de oposição ao governo (MDB) e por ações do governador. Resta pensar em alguns resultados práticos sobre o conflito partidário no interior do PDS. No processo, ficou evidente que o governador Ary Valadão saiu vitorioso. Ele tirou do seu partido o maior adversário político e aumentou, naturalmente, o seu nível de influência dentro da sigla. Entretanto, rugas institucionais foram criadas com esse embate. A crise do PDS não deixava de existir, justamente porque os antigos políticos da ARENA mostravam-se insatisfeitos com o ganho de capital político dado aos novos integrantes do PDS que vinham do MDB.

E os resultados eleitorais de 1982 podem dizer alguma coisa? Se a estratégia adotada pelo PDS visava impedir o crescimento da oposição, especialmente do PMDB, no estado, o que se pode concluir é que ela não prosperou. O PMDB conseguiu vencer nas disputas ao cargo de senador; governador; elegeu a maioria de deputados federais; e obteve a superioridade na Assembleia Legislativa³³. Além disso, Irapuan Costa Júnior (PMDB) foi o deputado federal mais votado dentro do estado.

Esse embate político não é novidade quando observado os diversos estudos sobre partidos políticos. É comum que qualquer sigla tenha diversas tendências dentro de si. Ao caso brasileiro, os estudos referentes ao PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) já indicavam como uma sigla poderia ser composta por certa variedade de correntes internas³⁴. Resumidamente, podemos citar a Ala Moça do PSD, que acabou tendo um caminho distinto dos antigos líderes do partido. Um ideal

³³ Para maiores informações sobre os resultados eleitorais de 1982, consultar: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2MwY2Q1ZDAtN2VlNy00Nzg4LTgzZDctNDNlNTlhMmIwOGM5IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVlMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>, acesso em 13 de março de 2023, às 16h.

³⁴ Para maiores informações, consultar: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao trabalhismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.

mais progressista que acabou não prosperando. Também pode ser citado os diferentes tipos de pensamentos trabalhistas que entraram em confronto dentro do PTB. Como a própria formação da UDN, tendo como base uma ordenação partidária diversificada - focada na oposição ao getulismo.

As divergências que ocorriam no PDS não foram uma exclusividade do estado de Goiás. Ao contrário, a tendência mais comum dentro da sigla estava no conflito de lideranças locais pelo poder e o exercício de influência. Em pesquisa anterior, foi possível identificar como o cenário nacional acabou sendo afetado por diversas destas brigas. O caso aqui apresentado pode ser descrito como apenas mais um desses (SOARES, 2023). Assim, ao apontar para os diversos problemas relacionados ao consenso em um estado, o Serviço Nacional de Informações acaba não entendendo a própria natureza de um partido político. Em alguns relatórios produzidos, a ideia de divergência partidária não é vista como algo natural. Ao contrário, a percepção é de que esse problema encontrava-se longe de ser aceitável.

Analisando a descrição de funções da máquina política elaborada por Merton (1965), acaba sendo possível entender como essas divergências partidárias são normais em um partido político. O autor entende que dentro de um partido existe a figura de um *boss*. Este acaba tornando-se responsável em atender os diversos grupos internos - possibilitando que centralize o poder em si. Analisando a situação do PDS-GO, percebe-se que tratava-se de um momento de disputa dos próprios líderes por esta influência. Tendo, Ary Valadão, maior vantagem por contar com a governança do estado - carregando assim a estrutura da máquina pública. Deste modo, naturalmente, o embate político ocorreria.

Considerando, até então, a preocupação dos políticos do estado e do SNI, com a possibilidade de progresso da oposição, havia um estímulo natural para que a competição partidária ocorresse no PDS. Se alguém conseguisse derrotar a oposição e garantir vitórias importantes ao PDS de Goiás, possivelmente essa pessoa conseguiria ser reconhecida e ganhar funções de maior crédito no estado - como no âmbito nacional. Vale citar que o PDS nacional era presidido por José Sarney. Um político que conseguiu romper com uma forte força política do Maranhão, ultrapassar em prestígio este antigo líder e ainda impedir rusgas da antiga ARENA-MA, que poderia gerar o crescimento da oposição no estado. Depois disso, Sarney passou a ter cargos de importância dentro da ARENA, chegando a função de presidente da sigla e, posteriormente, assumindo a posição de presidente do PDS. Assim, o contexto favorecia

exatamente a disputa pelo poder e influência interna. O que, naturalmente, geraria desentendimentos e rupturas políticas.

Por fim, deve-se expor a lógica de Sawicki (2013) para o estudo de partidos políticos e como seus pressupostos se enquadram nesta pesquisa. O autor reconhece que, em relação à análise dos partidos, existiam duas grandes formulações: primeiro, os que analisam a autonomia das legendas no meio civil. Em sua interpretação, esse modelo analítico seria um tanto quanto obsoleto, além de trazer consigo uma análise mais redutora da realidade social. Tradicionalmente, esses estudos eram vinculados aos grupos marxistas que analisavam as siglas partidárias.

O segundo grupo poderia ser denominada de *organizacionais*, estes seriam inspirados em obras como de Ostrogorski (1993) e Schumpeter (1990). Estes autores pensavam partidos através da organização dos mesmos. O que valia seria uma análise estrutural sobre seu funcionamento e seus líderes. Porém, este modelo, da mesma forma, possuía limites na análise de legendas partidárias. Alguns destes estudos tiveram dificuldades em explicitar como determinados partidos surgiram ou deixaram de existir, como também apresentaram determinados obstáculos para conseguirem explicar certas mudanças políticas (SAWICKI, 2013).

A sociologia dos partidos políticos francesa e britânica vem apresentando novos estudos. Essas pesquisas acabam projetando análises em conjunto acerca da estrutura partidária, comportamento das bases e assuntos relacionados. Assim, evidenciam como todo um sistema partidário se comporta no meio social, criando ou não raízes institucionais. Ganha espaço o conceito de *redes*. Os valores sociais, as relações com demais membros de uma legenda, e fora dela, terminam ganhando grande notoriedade. “Insistir na importância das redes visa a lançar um olhar mais aguçado sobre as trajetórias dos militantes e dos dirigentes dos partidos englobando inclusive a diversidade seu recrutamento ao seio de um mesmo partido político segundo os lugares e as épocas” (SAWICKI, 2013, p. 20). Essas *redes* possibilitam uma visualização mais detalhada do funcionamento de uma sigla.

Segundo Sawicki, o termo *rede* “é utilizado para qualificar uma grande diversidade de canais de relações não apenas entre indivíduos” (2013, p. 21). O autor acabou apresentando alguns tipos de redes. Para este artigo, duas foram escolhidas. A primeira refere-se *arede como o conjunto das relações pessoais, formais ou informais de um dado indivíduo*. Neste modelo, o

objetivo é analisar qual o capital social de determinado agente. De certa forma, serve para expor como um elemento consegue influenciar determinados grupos. Naturalmente, esse modo de relação aponta para algum dirigente partidário, um *boss*, que obtém influências em diversos meios. O artigo acabou expondo como o governador Ary Valadão tentou assumir uma postura que lhe garantia o reconhecimento de líder estadual do partido. Sua estratégia foi justamente o recrutamento de membros influentes do antigo partido de oposição. Essa nova atitude, acabou lhe trazendo algumas interrogações que instabilizaram o partido. O governador, em sua tentativa de formação de redes, acabou tendo que utilizar da máquina pública para garantir a estabilidade das relações, como também a sua própria governabilidade.

As *redes*, da mesma forma, podem ser entendidas como *um sistema de afinidades duráveis fundado sobre interesses comuns, laços de dependência ou de obrigações*. Neste modelo, formam-se alianças com grau não muito alto de institucionalização, relações produzidas com algum tipo de objetivo firmados em preferências momentâneas e que são capazes de garantir aos membros alguma ação de valor. Esses vínculos também têm potencial para serem construídos em bases de maior durabilidade, principalmente para políticos de uma mesma localidade. Esse tipo de classificação pode ser de extrema utilidade para entender os membros do MDB que largaram a oposição política e passaram a contar forças ao lado do governo. O PDS recebeu seus novos integrantes com cargos de influência e valor, além da possibilidade de ampla utilização da máquina pública em favor destes novos nomes. A escolha de debandar da base contestatória também mostra como questões ideológicas, apesar de existirem e serem importantes, não são os únicos pontos levados em conta por um político ao escolher sua legenda. Possivelmente, a possibilidade de crescimento interno, dentro da máquina pública, foi um chamariz de muito mais valor.

Como garante Sawicki, estas *redes* não podem ser vistas como um conjunto de relações sem ligações de interesse. Os membros destas *redes* possuem algum tipo de relevância para que a mesma seja constituída. O que permite um exame das estruturas políticas. “Aplicada aos partidos, ela tem como principal mérito levar a olhar as atividades e as formas de organização partidárias como produtos particulares das relações concretas entre indivíduos e grupos que agem simultaneamente nos espaços sociais diferenciados” (SAWICKI, 2013, p. 25).

A visualização das *redes* tornam-se plausíveis em estudos que apresentam uma limitação espacial bem exposta. Assim, de forma metodológica, alguns pontos podem ser visualizados. Por

exemplo, é possível entender a consistência de algumas relações políticas; também torna-se viável verificar as ligações de determinados grupos com sindicatos, associações religiosas e famílias de expressão na região. Percebendo-se assim como um determinado partido não tem tanta unidade. Ao contrário, essas *redes* acabam evidenciando o quanto um partido político pode ser plural e heterogêneo.

Podemos afirmar que o PDS-GO esteve tensionado por conta dos seus diversos antagonismos internos. Essa situação não foi muito diferente do que ocorria no plano nacional do PDS. Na pesquisa dissertativa, apontada antes, foi possível identificar alguns problemas internos dentro do PDS. Isso afetava até mesmo a atuação do partido governista no plano Legislativo, já que diversas matérias consideradas de relevância nacional não conseguiam encontrar unanimidade dentro do partido, seja pela aprovação ou pelo arquivamento da pauta. Alguns debates estavam diretamente relacionados ao processo de abertura brasileiro, porém sempre encontravam limites para sua aprovação - partindo primeiro do próprio Executivo e depois das lideranças nacionais do PDS.

Diferente do quadro nacional, esta pesquisa proporciona um raio-x mais detalhado da pertinência do estudo sobre estas divergências locais. A briga por poder dentro do PDS-GO acaba desvendando um quadro partidário distinto do que o Governo Federal e seu órgão de inteligência (SNI) desejavam. Uma possibilidade que pode explicar essa dificuldade de consenso está na própria formação do PDS e da ARENA. Quando o primeiro partido governista foi formado (ARENA), este recebeu diversos políticos de lados distintos que se abrigaram dentro da sigla. Alessandra Carvalho (2010) expôs como a formação dos novos partidos políticos no período ditatorial não é marcado por uma ruptura institucional. Os mesmos políticos que participavam da lógica política da Terceira República (1945-1964) migraram para os novos partidos. Essa situação também ocorreu na formação do PDS e dos demais partidos no ano de 1980. O PDS agregou os políticos da Arena e do MDB. Isso nos leva a crer que o partido do governo carregou em seu meio diversos problemas e divergências internas que nasceram antes mesmo do partido.

Por fim, vale apontar para a relevância de novos estudos dentro deste campo. Alguns temas seriam de relevância para o entendimento da política contemporânea: os resultados eleitorais de 1982 não foram favoráveis ao PDS em Goiás, no que isso resultou? Houve uma saída de políticos do PDS ao PMDB? Qual foi o comportamento do PDS na gestão do PMDB, que ocorreu a partir de 1982? O partido passou a integrar a oposição política ou tentou algum tipo

de aliança para, de alguma forma, permanecer dentro do poder? Essas são apenas algumas questões iniciais que podem servir de estímulos para novas pesquisas e um maior detalhamento da política brasileira contemporânea.

Fontes

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8 - GNC.RRR.80000554, consultar em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/80000554/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_80000554_d0001de0001.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023, às 10h.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000777, consultar em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/80000777/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_80000777_d0001de0001.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023, às 10h.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000811, consultar em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/80000811/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_80000811_d0001de0001.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023, às 10h.

Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000835, consultar em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/80000835/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_80000835_d0001de0001.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023, às 10h.

Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000886, consultar em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/80000886/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_80000886_d0001de0001.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023, às 10h.

Referências Bibliográficas

- BAFFA, Ayrton (1989). *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- BAHIA, Luiz Henrique (1981). Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Congresso Nacional na 8ª Legislatura. In: FLEISCHER, David (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.
- BATISTELLA, Alessandro (2021). A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965-1979). *Revista de História Regional*, v. 26, n. 2.

- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E (2012). Fontes sensíveis da história recente. in: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (1981). *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARVALHO, Alessandra (2010). As atividades político-partidárias e a produção de consentimento. In: Quadrat, Samantha Viz; Rollemberg, Denise. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CODATO, Adriano (2015). Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (org.). *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (2011). *PTB: do getulismo ao trabalhismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr.
- FICO, Carlos (2001). *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Editora Record.
- FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral versus Sistema Partidário. In: FLEISCHER, David (org.) (1988). *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FLEISCHER, David (1988). O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983). In: FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FLEISCHER, David (1981). O Bipartidarismo (1966-1979). In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- GARCIA, Vitor (2013). Os documentos da comunidade de informações e segurança nos anos ditatoriais (1964-1985): uma análise crítica. In: *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura [livro eletrônico] / Inez Terezinha Stampa e Rodrigo de Sá Netto (orgs.)*. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas.
- GRINBERG, Lucia (2009). *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- HIPÓPOLITO, Lucia (1985). *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de (2012). *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MADEIRA, Rafael Machado (2006). *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. Porto Alegre, 208 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MERTON, Robert K (1965). *Eléments de théorie et de méthode sociologique (Social Theory and Social Structure)*. Paris: Plon.
- MICHELS, Robert (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- MICHELS, Robert (1914). *Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*. Paris: Flammarion.
- OSTROGORSKI (1993). *La démocratie et les partis politiques*. Paris: Fayard.

- REGO, Antonio Carlos Pojo do (2008). *O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SAWICKI, F (2013). Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO, A. (org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias [online]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SOARES, Matheus (2023). *Partido da reforma e transformação? O Partido Democrático Social (PDS) em seus anos iniciais (1979-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 253 p.
- SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara (2021). *Poder local, partido político e ditadura militar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba (1969-1979)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Minas Gerais.
- STEPAN, Alfred (1986). *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TEIXEIRENSE, Pedro Ivo (2022). *A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.